



ÁGUA

Falta de chuvas não é única razão da crise hídrica

Falta de articulação e diálogo também contribuíram com o colapso do Sistema

MARTINHO SANTAFÉ

Divulgada esta semana, pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, avaliou, entre 2013 e 2014, a governança e o diálogo de saberes que envolvem o Sistema Cantareira, que capta e trata a água para o abastecimento de cerca de 8,8 milhões de pessoas da Grande São Paulo.

O estudo de Micheli Kowalcuk Machado, que é mestre e doutora em Ecologia Aplicada, permitiu constatar que a atual situação do Sistema é um problema de governança, acentuado pelas questões climáticas e por sua realidade socioambiental. Falta de articulação e diálogo também contribuíram com o colapso do Sistema.

Atualmente, a outorga do Sistema Cantareira é da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), concedida em agosto de 2004 com o prazo de dez anos. Apesar de vencer em agosto de 2014, sua vigência foi prorrogada até 31 de outubro de 2015 (Resolução Conjunta ANA-DAEE no. 910, de 07 de junho de 2014). “É claro que a Sabesp tem enorme responsabilidade sobre esse Sistema, mas temos de considerar também a responsabilidade do governo, dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e da sociedade civil em geral. São todos atores que interferem diretamente na realidade do Sistema”, relata Micheli.

O Cantareira é um dos maiores sistemas de água do País e sua realidade socioambiental está envolvida com temas como gestão da água, conflitos de uso, conservação ambiental e disponibilidade hídrica. “Várias organizações e instituições que atuam no Cantareira, apesar de terem objetivos comuns, não integram entre si”, conta.

Segundo Micheli, as ações desenvolvidas geralmente estão relacionadas com obras de infraestrutura e saneamento, “isso quando elas acontecem”. Fatores como a vontade política; a demanda crescente pelo uso da água; a degradação ambiental dos mananciais; a expansão urbana desordenada; o desperdício no próprio Sistema e a falta de um real envolvimento e conhecimento da população acerca da realidade existente na área demonstram que não se trata somente de um problema de falta de chuvas.

Por essa razão, a pesquisadora decidiu avaliar como são e como devem ser a governança e o diálogo de saberes que envolvem o Sistema. A especialista em educação ambiental adotou como metodologia uma pesquisa qualitativa realizada em três fases: exploratória, trabalho no campo e análise dos resultados. Micheli se envolveu na pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionários com perguntas abertas para os representantes de todos os 79 organismos consultivos e gestores presentes no Sistema Cantareira.

FALTA DE INTERAÇÃO PREJUDICA SISTEMA

Depois, foram realizadas 18 entrevistas com representantes do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias, em Minas Gerais; Conselho Gestor Unificado das APAs Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II, do Sistema Cantareira e da Represa Bairro da Usina, em São Paulo; e Comitê Federal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Por fim, foi realizada a análise dos resultados, com apresentação de um mapa que demonstra

o sobreposição das Unidades de Conservação e dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Sistema Cantareira e a apresentação e sistematização dos dados obtidos nas fases anteriores.

FALTA DE INTERAÇÃO

A pesquisa mostra que atualmente não existe nenhum tipo de mecanismo de interação entre as ações das Unidades de Conservação e dos Comitês de Bacias Hidrográficas. “Ações articuladas entre essas organizações são essenciais e cada vez mais necessárias para procurar soluções”, afirma. Segundo Micheli, a população deve estar realmente envolvida nas discussões, por isso há também a necessidade de elaborar estratégias que ampliem a participação e a mobilização social e que trabalhem o diálogo de saberes.

O estudo revela, ainda, que existe potencial para que a governança e o diálogo aconteçam, tendo em vista a existência de fóruns de debate e de instrumentos que buscam garantir a participação de diversos atores sociais nas discussões de temáticas relacionadas ao Sistema.

De acordo com a pesquisadora, “se não forem realizadas mudanças na forma como os recursos hídricos são geridos, teremos apenas medidas paliativas que terão resultados por um curto período de tempo, além de novos episódios de escassez, talvez ainda piores e que afetarão a economia, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

A preservação e a conservação das áreas de mananciais estão entre as ações que costumam ser realizadas na busca por melhorias. “Nascentes preservadas garantem quantidade e qualidade d’água e sua conservação é fundamental para a manutenção dos recursos hídricos”, declara Micheli. Entretanto, ressalta a pesquisadora, se não houver tratamento de esgoto nos municípios, esses recursos estarão expostos à contaminação, o que prejudicaria o abastecimento. E ainda seria

necessário elaborar programas de conscientização para os usuários (população, indústrias e produtores rurais) que estimulassem a conservação e o uso consciente.

O trabalho foi orientado pela professora Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq e realizada no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada interinstituições (Esalq/CENA).

SE NÃO CHOVER, VOLUME MORTO DE REPRESAS DO RIO DURA ATÉ OUTUBRO

O segundo reservatório da bacia do Rio Paraíba do Sul atingiu o volume morto na segunda-feira e a ANA (Agência Nacional de Águas) divulgou, em nota oficial, que "o mesmo deve ocorrer nos próximos dias nos demais reservatórios". As represas de Jaguari e Funil já estão operando com menos de 2% da capacidade do volume útil.

"Se não chover e for mantida a vazão mínima atual de 140 metros cúbicos por segundo na Estação Elevatória de Santa Cecília, temos mais 250 dias", afirmou o coordenador do Instituto de Mudanças Globais da Coppe/UFRJ, Marcos Freitas, referindo-se aos volumes mortos dos quatro reservatórios.

Ele ressaltou, porém, que ainda não se sabe a quantidade total que poderá ser aproveitada dessas reservas técnicas. A maior delas é a de Paraibuna, que acumula 2,1 trilhões de litros, seguida por Jaguari (443 bilhões de litros),

Funil (282 bilhões de litros) e Santa Branca (131 bilhões de litros).

Ex-diretor da ANA no período 2001-2004, Freitas avalia que o racionamento deveria ser adotado "o quanto antes" no Estado do Rio. "Os governos foram adiando, por causa da eleição, mas um racionamento é muito melhor do que um corte brusco, que será necessário se o cenário atual se mantiver. Acho que deveria ter. Minas já está fazendo. É muito melhor deixar de tomar dois banhos do que não tomar nenhum."

O professor diz que campanhas para redução do consumo de água precisam entrar na agenda, aproveitando a crise para mudar hábitos. Ele também defende descontos para quem consome menos e sobretaxas para quem consome mais.

O governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), porém, continua afirmando que tanto o racionamento como uma mudança no modelo de cobrança não são necessários. Freitas também defendeu mais investimentos na despoluição dos rios e redução das perdas no sistema de abastecimento, que chegam a quase 40%. "Não dá mais para ficar usando água para diluir esgoto", disse ele.

A vice-presidente do Ceivap (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul), Vera Lúcia Teixeira, concorda com a avaliação de que os volumes mortos acabam antes do fim do ano se a estiagem for mantida. "O ministro de Minas e Energia disse que Deus é brasileiro e vai mandar chuva, mas quem manda chuva são as florestas, é um processo. Deveríamos aproveitar a crise para começar a resolver questões como o saneamento dos rios e o reflorestamento da bacia, que está devastada", disse Vera.

Ela também defende o ra-

cionamento. "Já passou da hora de entrarmos em processo de racionamento. A população precisa saber o que está acontecendo e ser estimulada a economizar. O volume morto dos quatro grandes reservatórios é uma reserva estratégica que só deveria ser usada em último caso. Não dá para usar sem achar que isso não vai ter consequência no futuro."

Segundo Vera, o reservatório da represa de Ribeirão das Lajes, em Pirai, apontada pelo governo como opção em caso de emergência, abasteceria a capital por apenas uma semana.

SP: RISCO DE CONSUMIR ÁGUA TÓXICA

A mais recente proposta do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que pretende utilizar água da represa Billings para conter emergencialmente a crise de abastecimento no estado de São Paulo, pode trazer uma solução perigosa: repassar água contaminada diretamente à população. Isso porque as estações de tratamento dos sistemas Guarapiranga e Alto Tietê - responsáveis pelo abastecimento de quase 10 milhões de pessoas e que passarão a receber água poluída da Billings (medida já anunciada pelo governador) - não têm condições imediatas de ampliar a capacidade de purificação da água.

A maior parte da Billings é infectada por esgoto, metais pesados e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), consideradas as substâncias mais perigosas e tóxicas do mundo. Uma parte menor está livre desses poluentes. O uso da parcela contaminada da represa implicaria distribuir água imprópria para o consumo, sem tratamento específico, o que pode comprometer a saúde da população.

O alerta é do geógrafo, pesquisador e professor da Unicamp Antônio Carlos Zuffo. "Os reservatórios (Guarapiranga e Alto Tietê) não vão dar conta de fazer o tratamento de água poluída da Billings para atender toda a demanda. Por isso, se quiserem utilizar a água da represa agora, farão apenas a desinfecção com cloro e a mandarão para as residências. Mas essa água não poderá ser consumida sob nenhuma hipótese. A cor será escura e o cheiro tão forte que dará náusea", afirmou o professor.

Até o momento, nenhuma explicação foi apresentada pelo governador ou pelo presidente da Sabesp, Jerson Kelman, sobre como será realizada a distribuição da água contaminada da Billings. A única proposta apresentada, que pretende interligar o Rio Pequeno ao Sistema Rio Grande (ambos braços da Billings), permitindo a entrada de mais 2,2 metros cúbicos de água por segundo, só vai ficar pronta em 2018. O mesmo ocorre com a ampliação da capacidade de tratamento do Guarapiranga e do Alto Tietê.

O próprio governo do Estado é um dos poluidores da represa Billings. Resolução assinada pelo então governador Mário Covas (PSDB), em 1996, passou a permitir que o rio Pinheiros - dos mais poluídos do país, que recebe diretamente esgoto de milhões de residências da capital, além de detritos industriais - despejasse água contaminada à Billings em caso de chuvas extremas, com o objetivo de impedir alagamentos no centro de São Paulo.

Se a represa que banha parte do ABC paulista foi “descoberta” pelo governo tucano somente agora, no meio da crise, movimentos e associações de defesa ambiental pedem a despoluição da Billings há mais de 20 anos, como Movimento de Defesa da Vida (MDV), que entrou, em 2010, com ação popular na Justiça contra o bombeamento do rio Pinheiros.

MINAS ADMITE “RACIONAMENTO SEVERO”

Minas Gerais pode enfrentar um racionamento “severo” de água daqui a três meses. A afirmação foi feita esta semana pelo governador Fernando Pimental (PT). O estado é um dos mais atingidos pela crise hídrica que ameaça o abastecimento em parte do país.

“Se não chover, se o consumo não cair e a vazão não aumentar - se não conseguirmos mais captação, em três meses

vamos ter que racionar severamente”, disse o governador após reunir-se com a presidenta Dilma Rousseff e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, no Palácio do Planalto, para discutir a situação dos reservatórios mineiros.

Apesar do diagnóstico pessimista, Pimentel espera que medidas emergenciais possam atenuar os impactos da escassez e evitar o racionamento. O governo mineiro estabeleceu a meta de economia de 30% de água na região metropolitana de Belo Horizonte e criará uma sobretaxa para quem consumir mais água que em 2014.

Além disso, uma obra de transposição do Rio Paraopeba para o Rio Manso, que abastece a capital, deverá melhorar o cenário até o fim do ano, antes da próxima estiagem. “Vai chover um pouco, podemos aumentar a captação mesmo sem a transposição e o consumo vai cair. Colocamos essa meta de 30%, que é uma meta factível e que nos permite vislumbrar atravessar o ano sem medidas drásticas, mas se isso não acontecer, vamos para o rodízio e para o racionamento”, confirmou.